

Escola, família e adoção: acolhendo as diferentes constituições familiares

School, family and adoption: welcoming the different family constitutions

Escuela, familia y adopción: acogiendo las diferentes constituciones familiares

Gilmara Lupion Moreno - Universidade Estadual de Londrina - UEL | Centro de Educação Comunicação e Artes | Departamento de Educação | Londrina | PR | Brasil. E-mail: gilmaralupion@hotmail.com | 

Resumo: O artigo objetiva demonstrar a importância do tema Adoção nos cursos de formação inicial e continuada de professores para a docência na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com base nos estudos realizados a partir de um projeto de pesquisa e extensão e da oferta da Disciplina Especial “Escola e Adoção” para os cursos de Pedagogia, Psicologia e Serviço Social. Os resultados revelam o interesse e a possibilidade de futuros professores, professores em exercício e gestores trabalharem a adoção na escola, construindo uma cultura adotiva.

Palavras-chave: escola e adoção; configurações familiares; formação de professores.

Abstract: The article aims to demonstrate the importance of the theme Adoption for the courses of initial and continued teachers’ formation for the teaching on the Infant’s Education and on the Fundamental Teaching I. It’s a bibliographical research with basis on the studies done from a project of research and extension of the offer of the Special Discipline “School and Adoption” for the courses of Pedagogy, Psychology and Social Work. The results show the concern of future teachers, teachers already at work and managers to work the adoption at school, constructing an adoptive culture.

Keywords: school and adoption; family constitutions; teacher’s formation.

Resumen: El artículo tiene el objetivo demostrar la importancia del tema Adopción en los cursos de formación inicial y continua del profesorado para la docencia en Educación Infantil y Primaria I. Se trata de una busca bibliográfica comenzando de los estudios realizados dentro de un proyecto de investigación, ampliación y oferta de la disciplina especial, que lleva el nombre de “Escuela e Adopción”, para los cursos de Pedagogía, Psicología y Trabajo Social. Los resultados revelan el interés y la posibilidad de futuros profesores y gerentes que trabajan en la adopción de la escuela, construyendo una cultura adoptiva.

Palabras clave: escuela y adopción; entornos familiares; formación de profesores.

- Recebido em: 22 de janeiro de 2021
- Aprovado em: 24 de outubro de 2022
- Revisado em: 23 de novembro de 2022

1 Introdução

A família se organiza por meio de práticas culturais próprias que possibilitam modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva. Segundo Dessen e Polonia (2007, p. 24), é pelas interações familiares que “[...] se concretizam as transformações nas sociedades que, por sua vez, influenciarão as relações familiares futuras, caracterizando-se por um processo de influências bidirecionais, entre os membros familiares e os diferentes ambientes” que compõem os sistemas sociais, dentre eles a escola.

Nesse contexto, cabe lembrar um provérbio africano, o qual afirma: ‘É preciso uma aldeia inteira para se educar uma criança’. Ou seja, é impossível que apenas a família nuclear supra todas as necessidades e todos os direitos da criança, dentre eles os direitos de aprender e de conviver. De acordo com o Art. 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), “[...] é direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família, [...] assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral”. Se é direito da criança e do adolescente, é dever do adulto, isto é, da família, da comunidade, da sociedade, logo, da escola e do poder público assegurarem, com absoluta prioridade, a efetivação de tais direitos (BRASIL, 1990).

Além disso, “[a] maternidade não pode ser um fardo solitário, mas uma escolha compartilhada, uma responsabilidade coletiva de toda a sociedade” (BARBOSA, 2005, p. 164). Para se educar uma criança, então, é preciso contar com o apoio da comunidade, em especial, da comunidade escolar. Nos dias atuais, quando um casal ou uma pessoa tem um filho “[...] e o coloca na escola, já se estabelece uma intensa relação entre eles. E isso acontece desde os primeiros meses de vida da criança. Terminada a licença-maternidade, a escola já está no horizonte familiar” (SAYÃO; AQUINO, 2006, p. 87).

Desse modo, a escola é um espaço de “[...] socialização onde se iniciam as primeiras relações de amizade e interações com diferentes culturas e classes sociais” (MACHADO; VESTENA, 2017, p. 2). No entanto, para garantir à criança uma educação de qualidade, ou seja, capaz de complementar a ação da família e da comunidade, como assegura a LDB 9.394/1996 (BRASIL, 1996), “[...] a escola não pode deixar de se preparar para melhor acolher as diferentes configurações familiares, as quais, na atualidade, manifestam-se com maior veemência, ao

reivindicarem seu espaço na sociedade e, portanto, também no ambiente escolar” (MACHADO; VESTENA, 2017, p. 2).

Conceituar família, hoje, mostra-se um exercício que exige profundas reflexões, uma vez que sua representatividade social é resultado de significativas transformações, conforme as mudanças sociais mais amplas. A família é uma instituição histórica e social que se transformou. Assim sendo, descarta-se a noção de que há apenas um modelo de organização familiar, pois existe “[...] uma diversidade de padrões familiares, pautados num projeto de relações interpessoais, não necessariamente referendados em laços sanguíneos” (SAMBRANO, 2006, p. 144).

Corroborar-se a afirmação de Machado e Vestena (2017, p. 2) de que “[...] alguns segmentos da sociedade, como as instituições jurídicas, a mídia e certas instituições escolares têm se ocupado em melhor acolher, oportunizando a expressão das diferentes formas de organização do núcleo familiar nos seus espaços”. Porém, algumas configurações familiares ainda sofrem preconceitos diante de interpretações emanadas de uma cultura tradicional, biologizante, como, por exemplo, as famílias constituídas pela via adotiva.

A adoção de crianças e de adolescentes é uma prática antiga, que acompanha a história da humanidade, constituída por meio de seus objetivos, suas leis e suas ações acerca dessa forma de filiação. Trata-se, também, de uma temática bastante atual, veiculada na mídia em geral em razão das novas leis que regem a adoção no Brasil, do número de crianças acolhidas à espera de uma família e do número de pretendentes à adoção e, ainda, dos casos de bebês abandonados por suas genitoras nas mais diversas situações que chegam aos noticiários. Contudo, infelizmente, é também um assunto velado, pouco discutido, permeado por mitos e preconceitos e, de modo geral, por falta de conhecimento sobre adoção.

No caso da adoção, os preconceitos têm origem na idealização de família, no amor materno incondicional e na herança biológica, exemplificando: a ideia de que uma família é formada apenas pela consanguinidade; assim como a ideia de que a maternidade é natural, ou seja, o fato de uma mulher gerar uma criança é o bastante para que ela a ame incondicionalmente, logo, não se aceita o fato de que a genitora pode, se assim desejar, entregar o seu bebê para a adoção; e, por fim, a ideia de que o filho por adoção pode ter uma herança biológica ruim, capaz de pôr em risco as pessoas que estão a sua volta, isto é, sua nova família.

Portanto, perguntamos: as escolas estão preparadas para trabalhar com as diferentes constituições familiares, dentre elas a constituída por adoção? As escolas estão preparadas para

trabalhar com as crianças acolhidas e seus responsáveis legais? A partir disso, elencou-se como norteadora deste estudo a questão: os cursos de formação inicial e continuada de professores para a docência na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I contemplam, em seus currículos, a temática Adoção?

Desse modo, elegeu-se como objetivo geral demonstrar a importância do tema Adoção nos cursos de formação inicial e continuada de professores para a docência na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I. Já os objetivos específicos consistem em: refletir sobre a diversidade de arranjos familiares presentes na comunidade escolar, dentre eles as famílias constituídas por adoção; reconhecer a importância da temática Adoção na escola, bem como nos cursos de formação de professores, a fim de capacitá-los a lidarem com as crianças e com as famílias constituídas por essa via de filiação; relatar a experiência da Universidade Estadual de Londrina acerca do trabalho desenvolvido na formação dos acadêmicos dos cursos de Pedagogia, Psicologia e Serviço Social no que diz respeito à relação entre escola e adoção.

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa bibliográfica baseada nos estudos realizados num projeto de pesquisa¹ e extensão² sobre adoção e acolhimento institucional na escola, do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL); e no relato das atividades desenvolvidas nos respectivos projetos e na Disciplina Especial “Escola e Adoção”, ofertada aos acadêmicos de Pedagogia, Psicologia e Serviço Social da UEL³.

O presente artigo tem como base teórica autores que versam sobre a relação escola, família e adoção, dentre eles: Veloso (2015), Castro (2011), Weber (2011), Levinzon (2015), Schettini (2009). Tais estudos apontam para a necessidade da inclusão do tema Adoção nos cursos de formação inicial e continuada dos professores, a fim de prepará-los para lidarem com questões, tais como: o desenvolvimento e a aprendizagem da criança adotada; a falta de conhecimento sobre adoção, e conseqüentemente os mitos e preconceito no contexto escolar; os conteúdos e/ou atividades escolares que trazem à tona a história adotiva da criança (história de

¹ Projeto de Pesquisa intitulado “A cultura da adoção no contexto da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental: um estudo sobre concepções e práticas na organização do trabalho pedagógico”, realizado no período de 15/02/2016 a 14/02/2019.

² Projeto de Extensão intitulado “Adoção e acolhimento institucional: uma proposta de formação continuada para professores e gestores da Educação Infantil e do Ensino fundamental I de Londrina e região”, em execução.

³ A Disciplina Especial Escola e Adoção é uma proposição do Departamento de Educação, que optou em expandir a oferta aos discentes dos Cursos de Serviço Social e Psicologia, em razão da importância dessa temática na atuação do Assistente Social e do Psicólogo junto às crianças acolhidas e/ou em processo de adoção. Entretanto, nesse artigo priorizou-se o Curso de Pedagogia, uma vez que tem como foco demonstrar a importância do tema Adoção na formação de professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I.

vida, escolha do nome, linha do tempo etc.). Quanto à análise e interpretação dos dados, estas ocorreram a partir da contribuição dos respectivos autores, bem como do relatório do Projeto de Pesquisa, da experiência advinda da oferta da Disciplina Especial, e das atividades do Projeto de Extensão.

Em um primeiro momento, far-se-á uma reflexão acerca do conceito de família, da diversidade de arranjos familiares presentes no contexto escolar, bem como da necessidade de a escola acolher todas as famílias. Num segundo momento, discutir-se-á a relação entre escola e adoção e será apresentado o relato das atividades realizadas nos projetos de pesquisa e extensão acerca da temática em questão.

2 Diversidade familiar: que famílias chegam à escola?

“Família ê, família á, família, família, família” : a música “Família” (1986), interpretada pelo grupo musical Titãs, instiga-nos a pensar no cotidiano, nos conflitos vividos pelas famílias nuclear e extensa, levando-nos a refletir sobre a igualdade e a diversidade das famílias. Isto é, sobre as cenas comuns no ambiente familiar e sobre os diversos membros da família extensa (avô, avó, tia, sobrinha etc.) retratados na letra da música. Entretanto, para além da hereditariedade, muitas famílias são constituídas com base na afetividade, nas relações de cuidado, de atenção e de afeto entre as pessoas. Nesse viés, família pode ser definida como: “[...] pessoas que convivem assumindo o compromisso de uma ligação duradoura entre si, incluindo uma relação de cuidado entre os adultos e deles para com as crianças e idosos” (SZYMANSKI, 2003, p. 49).

Para Martins e Szymanski (2004, p. 177), “[...] não existe a família, mas uma diversidade de combinações circunscritas histórica e socialmente. O convívio entre as pessoas pode ser variado, indiferente ou não a ‘laços de sangue’ e, mesmo assim, podemos defini-lo como um conjunto de relações familiares”. No que diz respeito às famílias constituídas pela via adotiva, defende-se, aqui, a ideia de que, para se exercer as funções materna e paterna, não necessariamente é preciso que essas pessoas tenham gerado, concebido o próprio filho ou a própria filha.

Assim sendo, sabe-se que a função materna é exercida pela mãe biológica que gerou e, simultaneamente, aprendeu a *maternar*, cuidar, acolher, proteger e amar o seu bebê. Contudo, a mesma função é exercida pela mãe adotiva que não gerou, mas aprendeu a *maternar* o filho

gerado por outrem. Tal função pode ser exercida, ainda, pela avó, pela tia, pela irmã, pelo pai etc. (DOLTO, 1998). Destaca-se ainda, que para a psicologia as funções materna e paterna podem ser exercidas independente do sexo, ou seja, um pai poderá *maternar* o seu filho. Logo, uma criança com dois pais ou duas mães não sofrerá prejuízo no seu desenvolvimento em razão da sua configuração familiar.

Sabe-se que não apenas o desenho das composições familiares mudou, também foram alterados os papéis desempenhados por seus membros, tais como os avós “modernos”; a mãe chefe de família; o homem/pai que cuida dos seus filhos – leva à escola, ao médico, ao dentista, participa de reuniões escolares, ocupa-se do banho e da alimentação das crianças, coloca-as para dormir, ajuda-as na lição de casa etc., tarefas vistas no passado como responsabilidade apenas da mulher/mãe. “Esses fenômenos e modificações vivenciados pela família, a partir da sua contextualização política, social e econômica, também atingem as escolas” (CAETANO; YAEGASHI, 2014, p. 15).

Portanto, no trabalho com as crianças e suas famílias, convém que as escolas se ajustem às novas realidades, a fim de não incorrerem em situações preconceituosas, pautadas em ideias preconcebidas, no caso da adoção, sustentadas no mito dos laços de sangue, no preconceito contra a adoção tardia e contra casais homoafetivos. A união entre casais homossexuais tem, recentemente, conquistado direitos no âmbito legal - o direito a união estável, ao casamento civil, e à adoção -, conseqüentemente, espaço na mídia impressa e televisiva, no entanto, ainda divide opiniões entre os brasileiros. Segundo Calderón *et al.* (2010, p. 696), por envolver a educação de crianças, o reconhecimento das famílias homossexuais, “[...] constituídas a partir de determinação da Justiça Brasileira que lhes concedeu o direito da adoção legal de crianças, possibilitando ainda a inscrição do nome dos dois pais ou das duas mães na certidão de nascimento da criança”, trazem inúmeros desafios ao sistema educacional, a escola e a comunidade escolar.

Nessa perspectiva, corrobora-se a ideia de que “[...] não há uma definição única de família, na forma de um modelo de ‘família ideal’. Há família e famílias, cada uma com sua especificidade” (SZYMANSKI, 2003, p. 49). Entretanto, ainda hoje o conceito de família restrito à família tradicional – constituída por um pai, uma mãe e filhos frutos dessa união – é bastante presente no ideário de família da sociedade em geral.

Oliveira Júnior, Moraes e Coimbra (2015) proporcionam uma importante contribuição para se pensar o conceito de família na contemporaneidade, a começar pelo título do artigo elaborado por eles: “*Família ‘margarina’: as estereotípias de famílias na indústria cultural e a*

des/re/construção de conceitos docentes”. Os autores revelam a impossibilidade de se eleger um conceito singular, dada a pluralidade das características que compõem as famílias na atualidade. Na sequência, eles destacam o impacto da veiculação de comerciais de televisão que reforçam a ideia tradicional de família, ou seja, constituída por um pai, uma mãe e com, no máximo, dois filhos. “Esta cultura de massa ao circular informação, entretenimento e propaganda também transmite em seu bojo valores e padrões de conduta diversificado” (OLIVEIRA JÚNIOR; MORAES; COIMBRA, 2015, p. 267).

No mais, esses autores descreveram um trabalho realizado com um grupo de futuros professores, a fim de conhecerem e de reconhecerem a visão que os estudantes de licenciatura em Pedagogia possuem sobre famílias na contemporaneidade, considerando que esses sujeitos estarão no “chão da escola”, em contato direto com as crianças e suas famílias. Para tanto, o tema “Conceitos: família, indústria cultural e mídia” foi trabalhado com os alunos, eles utilizaram, também, três vídeos de propagandas midiáticas: duas que mostram o modelo tradicional de família e outra que aborda as mais distintas formas de maternidade, dentre elas a monoparentalidade e a homoafetividade. Em seguida, os alunos expuseram a definição de seus conceitos aos demais colegas.

Quanto aos resultados, os autores concluem que não conseguiram “[...] descaracterizar o caráter ideológico que permeia o conceito de família entre os estudantes de pedagogia” (OLIVEIRA JÚNIOR; MORAES; COIMBRA, 2015, p. 275), visto que as propagandas utilizadas por eles no respectivo estudo “[...] em sua maior parte representavam modelos de família tradicional e que o tempo de quatro encontros não foram suficientes para romper ideias cristalizadas” (p. 267).

Entretanto, no que se refere aos apelos midiáticos sobre o conceito de família adotiva, percebemos que, nos últimos anos, empresas de produtos alimentícios, telefonia, cosméticos etc. têm apostado em modelos contemporâneos de família em suas propagandas, uma vez que as “novas famílias” se aproximam muito mais da realidade e geram muito mais empatia do consumidor.

Faz-se possível citar, como exemplo, a propaganda “Mãe e filha Seara”⁴, exibida no Natal

⁴ O comercial mostra a mãe na cozinha preparando um produto da marca, quando a filha chega e pergunta: Mãe, eu nasci de você? Então, a mãe questiona: Por quê? A menina responde: Porque na escola falaram que não. Carinhosamente, a mãe explica: Antigamente, a mamãe vivia triste, você chegou e eu me tornei a pessoa mais feliz do mundo. Se te perguntarem se foi eu que te coloquei no mundo, você diz que foi ao contrário: foi você que me colocou no mundo.

de 2012, que trata de uma adoção inter-racial, sendo a mãe branca e a filha negra, o que, aliás, apoia-se no universo adotivo, considerando que a maioria das crianças disponíveis para adoção é parda e negra. A produtora foi feliz em representar uma cena tão comum nas famílias constituídas por adoção, que é o fato de as crianças fazerem perguntas sobre a história delas nos momentos mais diversos do dia a dia, ou seja, quando os adultos não esperam por tal indagação, assim como o questionamento que surge na escola (suscitado pela filha), que nos faz inferir sobre a importância de falar de adoção na escola, por acreditar ser o contexto escolar um espaço profícuo para a construção de uma cultura adotiva, desconstruindo mitos e preconceitos.

No que concerne às propagandas que tratam de adoção, entende-se que, para além do apelo publicitário, elas apresentam uma diversidade familiar, em que estão inclusas as famílias constituídas por adoção, fazendo com que estas se sintam representadas pela mídia e, claro, se não apreciam, passam a apreciar a empresa pela iniciativa e sensibilidade de abordar o tema. Pode-se afirmar, também, que são campanhas educativas, isto é, um conjunto de ações para que se possa atingir um determinado fim, visando a mudar algum comportamento, nesse caso, instituir o respeito por essa forma de filiação.

Então, cabe a pergunta: que famílias chegam às escolas? As famílias das crianças brasileiras são constituídas por uma mãe e um pai, por um pai ou uma mãe, por dois pais ou duas mães, por madrastas e/ou padrastos, em coparentalidade, por famílias alargadas, por avós e avôs, por tios e tias, por irmão(s) e irmã(s) e por família reconstituídas, reagrupadas, adotivas e acolhedoras. Caetano e Yaegashi (2014) trazem uma importante contribuição sobre esse assunto ao diferenciarem configuração familiar e estrutura familiar:

Não se pode afirmar que as famílias monoparentais, ou de pais divorciados, ou de pais homossexuais, dentre tantas outras formas de configurações familiares contemporâneas, representem família “desorganizadas”, “desestruturadas”, dentre outros adjetivos inapropriados, pois o que se apresentam são novas constituições familiares. (p. 20).

Portanto, configuração familiar consiste na “[...] forma como a família é composta – ou seja, se o casal é recasado, se o casal é homossexual, se é mãe solteira – é algo que diz respeito à configuração familiar” (CAETANO; YAEGASHI, 2014, p. 20). Já estrutura familiar consiste no “[...] conjunto invisível de exigências funcionais que organiza as formas pelas quais os membros da família interagem” (p. 20). Ou, ainda, como afirmam Gonçalves e Eggert (2019, p. 6), “[...] não importa se a família se encontra ou não organizada de acordo com o modelo tradicional – pai,

mãe e filho/s –, e sim se os comportamentos são adequados e eles garantem o bem-estar de todos os indivíduos”.

É importante que a escola (direção, coordenação e professores) compreenda tais conceitos, para não incorrer em situações equivocadas e preconceituosas junto às crianças e a suas famílias. No caso específico da primeira etapa da Educação Básica, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) estabelecem, no Art. 7º, inciso II, que a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve cumprir a sua função sociopolítica e pedagógica, “[...] assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias” (BRASIL, 2009). E, no Art. 8º, parágrafo 1º, Inciso III, propõe “[...] a participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização”.

Ademais, “[a] relação escola-família pode ser descrita como todas as formas de contato entre as escolas e as famílias (professores e pais) e vice-versa [...] visando sempre ao bem-estar e ao sucesso escolar das crianças” (BHERING; SIRAJ-BLATCHFORD, 1999, p. 211). Faz-se pertinente registrar aqui o quanto essa relação e esse contato se alteraram frente à pandemia provocada pelo coronavírus. Sem tempo de compreenderem o que estava acontecendo, num dia as crianças estavam na escola, com seus pares, com seus professores, brincando, correndo, chorando, aprendendo etc.; no outro, sem poderem ir à escola. A sala de aula mudou de lugar, da forma como foi possível, por meio da tecnologia, “[...] desde cópias impressas de apostilas, gravações de CDs, uso de tempo na televisão até a utilização de recursos avançados em programas e em aplicativos disponíveis na internet, buscou-se levar a escola, mais precisamente a sala de aula, para dentro das casas” (OLIVEIRA, 2020, p. 241).

Mais que nunca, principalmente com as crianças de 0 a 10 anos, essa parceria escola-família é essencial, para que as ações propostas de forma remota pelos professores cumpram minimamente seus objetivos. Muitas são as indagações neste momento histórico, tais como: como as famílias veem a escola, o professor do(a) seu/sua filho(a), neste período de isolamento social? O que pensam as famílias sobre a metodologia, sobre os conteúdos escolares? Como os professores veem as famílias de seus alunos nesta pandemia? Que lugar a escola passou a ocupar nas rotinas familiares? O que mudou na relação escola-família neste período tão adverso daquilo que, historicamente, entende-se como função de cada uma dessas instituições? Quais são os ganhos e as perdas das crianças impossibilitadas, neste momento, de adentrar o espaço da escola?

Claro, sabe-se que as crianças cujas famílias são menos favorecidas economicamente vivem, agora, a perda da escola como espaço importantíssimo de cuidado e de proteção das crianças e, conseqüentemente, de todas as mazelas oriundas deste período de pandemia (OLIVEIRA, 2020). Por outro lado, entende-se que, para algumas famílias, este tempo trouxe a oportunidade de pais e mães conhecerem ainda mais os seus filhos, de estreitarem os laços, de dedicarem-se mais à educação, às necessidades físicas e emocionais das crianças que, antes, acompanhavam a rotina frenética dos adultos, passando a maior parte do tempo na escola, nos cursos extracurriculares, entre outras atividades.

As perguntas feitas aqui, no momento, ficam sem respostas, têm-se apenas hipóteses e alguns dados que, no futuro, merecem atenção, que precisam ser analisados e compreendidos, para que se possa, por meio da pesquisa, contribuir para uma educação escolar de melhor qualidade no futuro. Das muitas reflexões proporcionadas por meio das *lives* realizadas durante a pandemia, destaca-se aqui a *live* intitulada “A educação, a escola e os 30 anos do ECA”, promovida pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-PR), que contou com a participação da professora Araci Asinelli, da Universidade Federal do Paraná (ASINELLI, 2020), na qualidade de palestrante. Segundo a professora, a sala de aula é o espaço social do diferente. A escola precisa ser vida, dar sentido. Quiçá, neste período de pandemia, as famílias possam reconhecer o papel importante da escola na educação de seus/suas filhos(as), das relações das crianças com os seus pares e com os seus professores.

Em suas reflexões, Asinelli (2020) coloca que não deseja, pós-pandemia, voltar para a escola que havia antes, mas para uma nova escola, a qual se reinventou neste período. Ou seja, que a família possa ser mais presente na escola, conversar mais, fazer mais pela educação de seus/suas filhos(as). Ela espera que a escola, por sua vez, possa ver a essência das relações humanas, ouvir as famílias sobre a importância da educação na vida das crianças. Carece-se de uma escola capaz de acolher, de considerar que muitas crianças podem ter perdido pessoas próximas, vítimas da Covid-19.

Entretanto, antes, durante e após a pandemia, a relação escola-família deve ser permeada pelo respeito à diversidade cultural e de organização das famílias, desde a forma de se comunicar com elas até o acolhimento de suas crenças e seus valores. Para isso, é preciso investir na formação inicial e continuada dos professores da Educação Básica, a fim de que o conceito de família seja revisto, reconstruído; e o respeito à diversidade, afluído, instituído. Afinal, conforme já mencionado, são muitas as composições familiares presentes na escola.

Nesse âmbito, pesquisas realizadas por Moreno (2012) e por Machado e Vestena (2017) revelam que os comunicados e os convites direcionados às famílias das crianças, muitas vezes, desconsideram a diversidade de composição familiar. Machado e Vestena (2017) constataram, ao analisarem os textos dos comunicados, quatro formas de as escolas se dirigirem às famílias: **1)** comunicados direcionados apenas aos pais; **2)** direcionados aos pais e/ou responsáveis; **3)** direcionados apenas à mãe ou ao pai; e **4)** direcionados às famílias.

Aparentemente, tem-se uma tarefa simples no cotidiano das escolas – redigir e encaminhar bilhetes, convites, comunicados às famílias –, “[...] mas que demonstram certo desconhecimento, insegurança ou preconceito das escolas, ao se direcionarem por escrito às famílias” (MACHADO; VESTENA, 2017, p. 1). Para uma família homoafetiva constituída por dois pais, por exemplo, receber um convite direcionado apenas à mãe faz com que os pais não se sintam representados e acolhidos pela escola, causando desconforto, insatisfação com a comunicação entre a escola e a família. Sendo assim, “[...] prevalecem as relações familiares dentro de uma concepção de família tradicional. Em vista disso, as demais configurações familiares nem sempre estão sendo consideradas” (MACHADO; VESTENA, 2017, p. 1).

Independentemente da composição e da organização familiar, a escola e a família precisam se unir em prol de uma educação de qualidade para as crianças, caso contrário, as chances de sucesso escolar – aqui não diz respeito apenas ao desenvolvimento cognitivo, mas também emocional e social da criança – decaem, pois as crianças que fazem parte das minorias, neste estudo aquelas que chegaram às suas famílias por meio da adoção, em especial, pela adoção tardia, inter-racial, por pais homoafetivos ou pais solteiros, precisam do apoio da escola para vencerem os mitos e os preconceitos acerca de sua constituição familiar. Por fim, concorda-se com Nicolau (2000, p. 120) que “[...] uma relação de respeito e de cumplicidade pode ser construída. Isso não é fácil, embora seja altamente desafiador e possível de ser alcançado”.

O desafio relatado a seguir é exemplo de que é possível, sim, falar de adoção na escola; de que, apesar dos mitos, dos preconceitos e, conseqüentemente, da falta de conhecimento sobre adoção, os professores e os futuros professores, aos poucos, vão se ‘*abrindo*’ para conhecer e aprender sobre essa forma de constituição familiar.

3 Escola, adoção e formação de professores: a contribuição da Universidade Estadual de Londrina

As escolas desenvolvem a cultura da adoção refletindo e discutindo sobre as diferentes questões que envolvem essa temática, em especial, os mitos e os preconceitos? Por que falar de adoção na escola? Assim como Oliveira Júnior, Moraes e Coimbra (2015) e Caetano e Yaegashi (2014) refletem sobre o conceito de família, Zamora (2015, p. 9) destaca que o modelo tradicional de família, ainda hoje “[...] é pensada como sendo a família “estruturada” e mesmo como única aceitável. Isso contribui historicamente para menosprezar as outras composições familiares, de desenhos distintos, para pensá-las não em termos de diferença, mas de falta em relação a um modelo perfeito”. Assim, as demais composições familiares “[...] encontram resistência para serem aceitas como famílias. Isso pode explicar, em parte, a relutância das próprias famílias adotantes em assumir essa condição e até mesmo impor esse silêncio aos familiares, aos amigos e à escola” (ZAMORA, 2015, p. 10).

Por outro lado, Weber (2011) orienta os pais e as mães por adoção para informar à escola a condição de adotado(a) de seu/sua filho(a), porque “[...] lidar com a verdade é sempre a melhor forma de conduzir a vida e o desenvolvimento psicológico, pois deixa menos espaço para fantasias, fofocas e não ditos” (p. 131). A autora coloca ainda que “[...] ter passado por uma adoção é parte da história social da criança, e a escola precisa saber das histórias sociais de seus alunos. [...] é preciso reconstruir a história, a identidade, a situação jurídica, a confiança e a autoestima” (p. 131). Entretanto, segundo Zamora (2015, p. 11, grifo meu):

Se é verdade que a família ainda tem a adoção como um tema tabu; pode-se dizer que a **escola, de maneira geral, ainda tem dificuldades em acolher as crianças adotadas e suas famílias**. Não se trata de rejeição ou má vontade, mas do reflexo do aspecto “oculto” do tema, ou seja, da manutenção dos segredos do âmbito privado, do desconhecimento sobre o tema mesmo entre educadores bem preparados e sobre como lidar com essas crianças e adolescentes.

Como colocado anteriormente, em razão do conceito idealizado de família, do sigilo acerca da Adoção, da ausência de conhecimento sobre o tema, consideramos ainda, que por serem as crianças adotadas uma minoria, de modo geral, o conteúdo Adoção não é contemplado nos cursos de formação de professores. Entretanto, as temáticas Escola e Adoção perpassam a escolha da escola pelos pais e pelas mães por adoção, devendo aquela estar aberta para acolher essa configuração familiar, conseqüentemente, para adequar-se à legislação, fazendo uso do

nome afetivo⁵ da criança, ou seja, tratando-a pelo nome que terá após a conclusão do processo de adoção; para auxiliar a criança na adaptação não somente em relação à escola, mas também à sua nova família. No mais, conteúdos curriculares como história de vida, história da família e reprodução humana traz à tona a história adotiva da criança e a escola precisa estar preparada para trabalhar adequadamente tal demanda.

Outro tema que sempre vem à tona é a possível relação entre adoção e aprendizagem. Segundo Weber (2011, p. 52), filhos adotivos “[...] não têm maiores dificuldades na escola, nem com a educação ou relacionamento afetivo do que crianças que não foram adotadas. [...] Pesquisas recentes mostram que não existe prevalência de comportamentos disruptivos entre crianças que foram adotadas”. Contudo, há crianças que trazem em suas histórias progressas à adoção algumas questões que precisam ser consideradas na escola. O que não deve ocorrer é atribuir à adoção, única e simplesmente, o baixo desempenho escolar dessas crianças, todos os aspectos devem ser considerados, inclusive o método de ensino utilizado pela escola (CASTRO, 2011).

Bastante recorrentes também são as queixas das famílias no que diz respeito às comemorações do Dia das Mães e dos Pais na escola, muitas vezes, desconsiderando a diversidade familiar, constringendo as crianças e as famílias que possuem uma história e uma composição familiar diferentes daquelas idealizadas socialmente.

Portanto, observa-se a “[...] dificuldade na construção de espaços de discussão sobre a diversidade das famílias, abrindo a escola para todas elas” (ZAMORA, 2015, p. 11). Na perspectiva da autora, a inserção do tema Adoção nas escolas pode se dar em termos de inclusão escolar, uma vez que as crianças e os adolescentes adotivos e suas famílias ainda não são compreendidos em suas potencialidades, não são incluídos como “alunos como quaisquer outros”, pois:

[...] não raro são tomadas posturas que, conscientemente ou não, os marcam com uma “inquietante diferença”, ainda não aceita; como aqueles que “não pertencem”, seja à família, seja à escola. Mas eles pertencem! E a escolha amorosa que a adoção implica precisa ser reafirmada no cotidiano escolar, bem como a diversidade dos desenhos familiares. (ZAMORA, 2015, p. 11).

⁵ No Estado do Paraná, tem-se a Lei 19.746/2018, a qual permite o uso, nas escolas, do nome afetivo de crianças e de adolescentes que estejam em processo de adoção, sob a guarda provisória dos adotantes. Isto é, a escola deverá incorporar nos seus formulários o campo “Nome Afetivo” e tratar a criança pelo nome que ela se reconhece, identificado por seus grupos social e familiar.

Os pais e as mães por adoção costumam se questionar se devem ou não informar à escola que seu/sua filho(a) foi adotado(a). Observem que foi usado o verbo no passado, não no presente: ele “foi”, não ele “é”, ou seja, após a adoção, a criança é simplesmente filho(a), não há necessidade do uso do adjetivo “adotivo(a)”, não são recomendados, então, os termos “filho(a) adotivo(a), pai adotivo, mãe adotiva”. Diversas vezes, o adjetivo “adotivo” é usado de forma preconceituosa, discriminatória, por exemplo, quando a mídia noticia uma tragédia familiar e a manchete traz: “Filho adotivo assassinou os pais”, evocando a diferenciação, subestimando a importância de um filho adotivo em detrimento de um filho biológico ou assumindo que o motivo “oculto” da tragédia seja a adoção.

Quanto à dúvida dos pais e das mães de informarem ou não à escola sobre a condição de adotado de seu filho, concorda-se com Weber (2011) que a escola deve saber sobre a adoção, porque a filiação adotiva não é inferior à filiação biológica. Se desejamos construir uma nova cultura adotiva, não podemos reforçar mitos e preconceitos omitindo a história de vida das crianças. Isso porque a criança de 0 a 10 anos está construindo sua identidade – quem sou eu?; porque os conteúdos escolares trabalham com os temas história de vida, família, reprodução humana, entre outros, os quais suscitam o tema Adoção; porque a escola é um espaço fecundo para a construção de valores, como a solidariedade e o respeito; porque a família e a escola são agentes importantes nesse processo de construção de uma cultura da adoção.

Sendo assim, é importante a família informar à escola que a criança foi adotada e que deseja que a história adotiva seja respeitada pelos colegas, funcionários e professores da escola. Isso significa que a criança adotada deve ser tratada com empatia, devendo a escola evitar constrangimentos e situações vexatórias. O professor pode ajudar as famílias constituídas por adoção, “[...] especialmente nos casos de adoção tardia e inter-racial. Ele pode estar atento ao aparecimento de quaisquer eventos que indiquem que a criança está às voltas com indagações sobre sua filiação. Pode também ajudá-la a lidar com os colegas nesse sentido” (LEVINZON, 2015, p. 70).

Então, qual o papel da escola no que se refere à adoção? Realizar um trabalho junto à comunidade escolar – os professores, os funcionários, as crianças e suas famílias –, a fim de contribuir para a compreensão dos vários aspectos relacionados ao tema; além de reformular “[...] o conceito de paternidade e maternidade, de modo que esse seja entendido não apenas derivado de uma relação biológica, mas como consequência de uma relação afetiva, construída dia após dia” (VELOSO, 2015, p. 88).

Ademais, a escola deve “[...] evitar que a criança adotada sofra preconceito, integrando-a à turma e não a expondo à curiosidade dos colegas. [...] é fundamental que a escola trabalhe as diferenças entre os alunos e a existência de diferentes tipos de famílias existente entre eles” (VELOSO, 2015, p. 91). Agora, qual o papel da família constituída por adoção? Como qualquer outra família, tem de participar da vida escolar do(a) filho(a) e acompanhá-la. Também é pertinente informar à escola sobre a condição de adotada da criança e ajudar a escola a adquirir conhecimento sobre o assunto.

Faz-se importante esclarecer que, para trabalhar a adoção na escola, não é preciso ter aluno adotado, pois se defende a construção de uma nova cultura da adoção, o desenvolvimento de uma atitude adotiva. Nesse contexto, Schettini (2009, p. 1) nos faz as seguintes indagações: “Como inaugurar ‘realmente’ uma nova cultura de adoção? Como mudar ‘definitivamente’ um paradigma? Como derrubar mitos e preconceitos?”. Para a autora, é necessário construir um entendimento mais abrangente sobre o conceito de adoção, e a família e a escola são agentes importantes nesse processo de construção de uma cultura da adoção.

Dessa forma, Schettini (2009, p. 4) propõe o desenvolvimento de uma atitude adotiva, que consiste num ato de amorosidade, de acolhimento, de compreensão, de respeito às singularidades do outro. Para ela, “[...] adoção precisa ser uma atitude aprendida na família e solidificada como valor na escola”.

As poucas pesquisas realizadas sobre adoção na escola revelam a ausência de conhecimento sobre essa temática nos cursos de formação inicial e continuada dos professores, entretanto, sempre que uma criança é adotada, a escola é acionada para contribuir no processo de adaptação e de inserção desse novo membro em sua nova família. A saber, realizou-se, no Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina, o projeto de pesquisa intitulado “A cultura da adoção no contexto da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental: um estudo sobre concepções e práticas na organização do trabalho pedagógico”, a fim de se pesquisar sobre a cultura da adoção na escola, bem como verificar se esta desenvolve ações com o intuito de refletir e de discutir sobre a adoção no contexto escolar.

A pesquisa de cunho qualitativa, do tipo estudo de caso etnográfico, realizou-se em instituições de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, na cidade de Londrina e região, no Paraná. Ocorreu por meio de revisão bibliográfica; entrevistas e/ou questionários com a direção, a coordenação e os professores; e análise de documentos. Na Educação Infantil, participaram da pesquisa 25 (vinte e cinco) alunas-professoras do curso de Especialização

“Trabalho Pedagógico em Educação Infantil”, da UEL; no Ensino Fundamental I, 10 (dez) professoras de uma escola pública de Londrina. A pesquisa documental consistiu na análise do currículo do curso de Pedagogia da UEL em relação à existência do tema Adoção como disciplina e/ou tópico desenvolvido em suas respectivas ementas.

Dentre as questões que compuseram o questionário, sendo 04 (quatro) objetivas e 09 (nove) dissertativas, quando questionadas sobre o papel da escola no que diz respeito à adoção, na Educação Infantil, obtivemos as seguintes respostas: para 36% das participantes, a escola deve tratar todos sem diferença; para 32%, a escola precisa trabalhar a adoção na sala de aula; para 28%, a escola necessita de desconstruir os mitos e os preconceitos sobre adoção; para 28%, precisa-se trabalhar com a família; para 12%, carece-se perguntar se a criança é adotada; para 4%, deve-se adquirir conhecimento sobre adoção; e 4% não responderam.

Em um contexto em que pouco se fala de adoção, as respostas das participantes foram bastante positivas, uma vez que, para elas, cabe à escola trabalhar a adoção na sala de aula, desconstruir os mitos e os preconceitos sobre adoção, trabalhar com a família e adquirir conhecimento sobre o assunto, o que, certamente, contribui para a construção de uma cultura de adoção na escola.

Já no Ensino Fundamental, quando as 10 (dez) professoras foram questionadas sobre o papel da escola no que diz respeito à adoção, 06 (seis) – 60% – afirmaram ser papel da escola acolher ou receber as crianças sem distinção, não discriminar, não ter preconceito e fazer a inclusão devidamente, de modo que o aluno não se sinta excluído nem privilegiado por ser adotado; também colocaram que se deve promover espaço para falar sobre o assunto, objetivando informar e orientar a comunidade escolar para evitar o preconceito.

Para 01 (uma) professora (10%), cabe à escola ser um alicerce entre o adotado e os interessados; para essa participante, tal parceria é necessária, pois envolve comportamentos por parte da criança que, muitas vezes, precisam ser modificados. Pode-se inferir, aqui, que a condição de adotado justifica possível dificuldade escolar, seja cognitiva ou comportamental (VELOSO, 2015). Para 02 (duas) delas (20%), a escola deve fazer o melhor possível por essas crianças. E 01 (uma) (10%) não respondeu.

Quanto à presença do tema Adoção no currículo do curso de Pedagogia da UEL, constatou-se que, das 48 disciplinas distribuídas nos quatro anos e meio de curso, nenhuma delas traz em suas ementas a temática Adoção. É possível intuir que esse tema poderia ser abordado perante alguns tópicos, dentro de algumas disciplinas, apesar de não haver menção direta a ele,

como, por exemplo, na disciplina “Coordenação do Trabalho Pedagógico Escolar e não-Escolar A”, ministrada no primeiro ano do curso, com o tópico “Relação família, escola e comunidade”; também ofertada no primeiro ano, tem-se a disciplina “Educação e Diversidade”, com os tópicos “Conceito de diversidade inclusão e exclusão”, ou “Processo de discriminação, estigmatização e segregação social”, ou, ainda, “Dignidade humana, igualdade de direitos”; e na disciplina “Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Infantil A”, ministrada no segundo ano, com o tópico “Articulação entre a família, a escola e a comunidade”.

Ainda sobre o curso de Pedagogia da UEL, destaca-se o reconhecimento por parte dos seus proponentes acerca da importância do tema Adoção na formação inicial dos pedagogos, pois, mesmo sem apresentar tal temática nos conteúdos programáticos do curso, entre os projetos de ensino, pesquisa e extensão ofertados pelo Departamento de Educação, encontram-se os projetos aqui relatados e, também, a oferta da Disciplina Especial “Escola e Adoção”, o que demonstra a consideração pelo tema e serve como exemplo aos demais cursos de formação de professores.

Considera-se que essa pesquisa acarretou uma contribuição importante para a construção de uma cultura de adoção nas instituições de Educação Infantil, porque, apesar de comprovar a hipótese de que os professores têm dificuldade de trabalhar com a temática na escola, bem como a ausência desse assunto nos cursos de formação inicial e continuada de professores, revelou que, para muitos deles, é possível trabalhar a adoção com as crianças desde a Educação Infantil.

Quanto aos resultados do respectivo projeto, destaca-se a contribuição da pesquisa por meio das diferentes ações realizadas, tais como: Grupo de Estudos com os participantes do projeto; disseminações em periódicos e eventos científicos; proposição e oferta da Disciplina Especial “Escola e Adoção” para os acadêmicos dos cursos de graduação de Pedagogia, Psicologia e Serviço Social; realização de Cursos de Formação Continuada de Professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I; escrita e publicação de dois livros infantis, “Uma história do gato Peppo” (BATISTA, 2018a) e “Um gato chamado Peppo” (BATISTA, 2018b), oportunizando a construção da cultura adotiva na escola desde a mais tenra idade; a recomendação do tema Adoção nos cursos de formação inicial e continuada de professores; e o incentivo à pesquisa sobre adoção na escola junto aos acadêmicos do curso de Pedagogia e do curso de Especialização “Trabalho Pedagógico em Educação Infantil” da UEL.

Oriundo do projeto de pesquisa acima relatado, propôs-se o Projeto de Extensão “Adoção e acolhimento institucional: uma proposta de formação continuada para professores e gestores da

Educação Infantil e do Ensino Fundamental I de Londrina e região”, o qual tem como metodologia a oferta de Grupo de Estudos/Curso de Extensão junto aos professores, gestores e demais profissionais envolvidos com a causa da adoção, bem como aos acadêmicos do curso de Pedagogia, Psicologia e áreas afins.

Os Cursos de Extensão objetivam capacitar os cursistas para trabalharem com a adoção e o acolhimento institucional na escola, desenvolvendo, junto à comunidade escolar, a cultura da adoção, de respeito a essa constituição familiar, desconstruindo mitos e preconceitos. A primeira edição, já concluída, contou com o apoio da Secretaria Municipal de Educação de Londrina-PR, do Instituto e Clínica de Psicanálise Enlace Analítico e do Instituto de Apoio à Adoção de Crianças e Adolescentes Trilhas do Afeto.

Esse curso foi organizado em 08 (oito) encontros, com a carga horária de 40 horas, sendo 16 horas presenciais e 24 horas de leituras orientadas sobre a temática proposta. Os encontros aconteceram uma vez ao mês, em espaço cedido pelo Instituto e Clínica de Psicanálise Enlace Analítico, localizado na região central de Londrina. Participaram do curso professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, acadêmicos do curso de Pedagogia, psicólogos que atuam em instituições de acolhimento e no Instituto de Apoio à Adoção Trilhas do Afeto, e demais interessados na temática.

Os conteúdos trabalhados foram: história da adoção e das instituições de acolhimento no Brasil; Adoção e acolhimento institucional: mitos e verdades; Psicanálise e adoção; Judiciário e escola; Família, escola, adoção e aprendizagem; Adoção e os conteúdos curriculares na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental; Escola e adoção: algumas possibilidades. Quanto aos resultados, constatou-se, num primeiro momento, a ausência de conhecimento dos professores cursistas sobre adoção; por outro lado, observaram-se a curiosidade e o desejo de aprender como trabalhar na Educação Infantil e nos anos iniciais não apenas com os casos oficiais de adoção, mas também com as famílias em que as crianças são cuidadas e educadas pelos avós, ou, então, com as famílias cujas crianças vivem com seus pais, madrastas e padrastos etc.

A cada encontro, foi possível constatar o interesse e a satisfação dos professores cursistas ao conhecerem, por meio da leitura dos textos-base e das discussões no Grupo de Estudos, os conteúdos acima explicitados, assim como a riqueza das reflexões com os membros da comunidade externa participantes do projeto, a saber: 01 (um) psicólogo e 01 (uma) pedagoga de

uma instituição de acolhimento, 02 (duas) psicólogas do Instituto de Apoio à Adoção Trilhas do Afeto, e 01 (uma) professora da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Londrina-PR.

O trabalho e as ações realizadas nos projetos aqui mencionados foram, ao longo do tempo, apresentando aos professores e futuros professores a necessidade e a possibilidade de se falar de adoção na escola, dando visibilidade à temática, despertando o interesse dos participantes em adentrar o universo adotivo, fazendo a devida relação com a escola.

4 Considerações finais

Retomando a questão que norteou este artigo – a presença da temática Adoção nos cursos de formação inicial e continuada de professores para a docência na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I –, nota-se que a adoção é contemplada de forma indireta em alguns tópicos de algumas das disciplinas do curso de Pedagogia da UEL. No entanto, a Disciplina Especial “Escola e Adoção” foi ofertada consecutivamente por três anos letivos, garantindo, assim, a presença do tema na formação inicial dos professores. Nos últimos cinco anos, os futuros professores também têm tido a oportunidade de se aproximarem da temática participando dos projetos citados na qualidade de colaboradores. Já na formação continuada dos professores, foram realizados cursos, palestras e oficinas sobre a temática, a fim de capacitá-los para lidarem com a adoção no contexto escolar, (re)construindo conceitos e desconstruindo mitos e preconceitos.

Desse modo, temos trabalhado para que a diversidade familiar seja respeitada na escola, em especial, que sejam consideradas as famílias constituídas pela via adotiva, seja composta por um pai e uma mãe, apenas uma mãe, um pai, dois pais, duas mães etc. Consequentemente, almeja-se a conscientização dos professores e das famílias em relação à necessidade de se falar de adoção na escola e na sociedade em geral, desmistificando a ideia de adoção como um *tabu*, um assunto velado.

Por fim, destaca-se a importância da universidade na construção de uma cultura de adoção na escola, por ser uma instituição, por excelência, formadora de professores para a Educação Básica, um espaço de produção e de disseminação do conhecimento, podendo construir saber teórico aliado à prática dos professores em relação ao tema Adoção na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Referências

- ASINELLI, A. **A educação, a escola e os 30 anos do ECA**. Paraná: SEJUF, 20 jul. 1 vídeo (2:23 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hgOzAELsiYI>. Acesso em: 4 ago. 2020.
- BARBOSA, M. C. S. Refletindo sobre a infância no Brasil através de sons, textos e imagens. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 151-171, jan./jun. 2005.
- BATISTA, C. V. M. **Uma história do gato Peppo**. Ilustração de Waldomiro Neto. Londrina: Zeroseuns, 2018a.
- BATISTA, C. V. M. **Um gato chamado Peppo**. Ilustração de Waldomiro Neto. Londrina: Zeroseuns, 2018b.
- BHERING, E.; SIRAJ-BLATCHFORD, I. A relação escola-pais: um modelo de trocas e colaboração. **Cadernos de Pesquisa**, Campinas, n. 106, p. 191-216, mar. 1999.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 4 ago. 2020
- BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 4 ago. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf. Acesso em: 4 ago. 2020.
- CAETANO, L. M.; YAEGASHI, S. F. R. A relação escola e família: reflexões teóricas. In: CAETANO, L. M.; YAEGASHI, S. F. R. (org.). **Relação escola e família: diálogos interdisciplinares para a formação da criança**. São Paulo: Paulinas, 2014. p. 11-40.
- CALDERÓN, A. I. *et al.* Novos desafios e demandas à comunidade escolar: a escola e a educação de crianças adotadas por famílias gays. In: COSTA, Horácio *et al.* (org.). **Retratos do Brasil homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos**. São Paulo: Edusp, 2010. p. 695-704.
- CASTRO, L. F. R. F. **A trajetória escolar de crianças adotadas: a perspectiva de pais e professores**. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011.
- DESSEN, M. A.; POLONIA, A. da C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21-32, abr. 2007.
- DOLTO, F. Reflexões sobre adoção. In: HALMOS, Claude. **Os caminhos da educação: textos recolhidos, anotados e apresentados por Claude Halmos**. São Paulo: Martins, 1998. p. 231-246.
- FAMÍLIA. [compositor e intérprete]: Arnaldo Antunes e Tony Bellotto; Titãs. Rio de Janeiro: Warner Music Brasil, 1986. 1 disco sonoro (38:41 min.).
-

GONÇALVES, J. P.; EGGERT, E. Estruturadas x desestruturadas: percepções de família entre profissionais da educação. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 57, n. 54, p. 1-25, out./dez. 2019.

LEVINZON, G. K. **Tornando-se pais**: a adoção em todos os seus passos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

MACHADO, D. de A.; VESTENA, R. de F. Diferentes configurações familiares na escola: uma reflexão para o seu acolhimento. **Itinerarius Reflectionis**, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 1-18, ago. 2017.

MARTINS, E.; SZYMANSKI, H. Brincando de casinha: significado de família para crianças institucionalizadas. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 9, n. 1, p. 177-187, 2004.

MORENO, G. L. **A relação professor-escola-família na educação da criança de 4 a 6 anos**: estudo de caso em duas instituições de ensino da cidade de Londrina. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NICOLAU, M. L. M. Escolarização e socialização na educação infantil. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 22, n. 1, p. 119-125, 2000.

OLIVEIRA, S. R. F. de. Não era “normal”: o que a quarentena pode nos ensinar sobre ser e fazer escola? *In*: OLIVEIRA, S. R. F. de (org.). **Escolas em quarentena**: o vírus que nos levou para casa. Londrina: Editora Madrepérola, 2020. p. 239-250.

OLIVEIRA JÚNIOR, I. B. de; MORAES, D. A. F. de; COIMBRA, R. M. Família “margarina”: as estereotípias de famílias na indústria cultural e a des/re/construção de conceitos docentes. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 15, n. 64, p. 266-279, nov. 2015.

SAMBRANO, T. M. Relação instituição de educação infantil e família: um sonho acalentado, um vínculo necessário. *In*: ANGOTTI, M. (org.). **Educação infantil**: para quê, para quem e por quê? Campinas: Alínea, 2006. p. 139-155.

SAYÃO, R.; AQUINO, J. G. **Família**: modos de usar. Campinas: Papyrus, 2006.

SCHETTINI, S. S. M. **A importância da temática da adoção nos projetos políticos pedagógicos escolares**. Recife: GEAD, 2009. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/FAdotivos/a-importancia-da-temtica-da-adoo-nos-projetos-politicos-pedagogicos-escolares>. Acesso em: 4 ago. 2020.

SZYMANSKI, H. **A relação família/escola**: desafios e perspectivas. Brasília: Plano Editora, 2003.

VELOSO, L. F. **Como crianças e adolescentes adotivos são vistos pela escola**. Curitiba: Appris, 2015.

WEBER, L. N. D. **Adote com carinho: um manual sobre aspectos essenciais da adoção**. Curitiba: Juruá, 2011.

ZAMORA, M. H. A adoção e a escola: uma perspectiva inclusiva. *In*: VELOSO, L. F. **Como crianças e adolescentes adotivos são vistos pela escola**. Curitiba: Appris, 2015. p. 9-12.